

SUPERFOODS AMAZÔNICOS: um estudo de caso sobre os impactos socioambientais causados na exportação do açaí na Amazônia Oriental.¹

AMAZONIAN SUPERFOODS: a case study on the socio-environmental impacts caused by the export of açaí in the Eastern Amazon.

Emanuela de Souza Guedes²

Ana Karolina Lima Pedrada³

RESUMO: O artigo aborda a crescente exploração e exportação de *superfoods* amazônicos, com foco no açaí (*Euterpe oleracea Mart*), destacando a importância cultural e nutricional desses alimentos para as comunidades tradicionais da Amazônia Oriental. O objetivo geral é verificar como a crescente exportação de alimentos à base de açaí pode provocar impactos na sociobiodiversidade da Amazônia Oriental Brasileira. A pesquisa utilizou uma abordagem quali-quantitativa, de natureza social e aplicada, com propósito exploratório e explicativo. A alta demanda internacional, impulsionada pelo mercado de *superfoods*, tem gerado impactos socioambientais negativos, como a "açaízação" (monocultura), a perda de biodiversidade e a desvalorização do conhecimento tradicional. A exportação, focada no lucro, resulta na distribuição desigual de benefícios e ameaça a soberania alimentar das comunidades locais. É urgente a necessidade de políticas públicas que promova a preservação da sociobiodiversidade, garantindo que a exploração do açaí para exportação seja justa, sustentável e valorize os povos e comunidades tradicionais da região.

Palavras-chave: superfoods amazônicos; exportação; povos originários; açaí (*Euterpe oleracea Mart*); soberania alimentar.

ABSTRACT: The article addresses the growing exploitation and export of Amazonian superfoods, focusing on açaí (*Euterpe oleracea Mart*), highlighting the cultural and nutritional importance of these foods for traditional communities in the Eastern Amazon. The overall objective is to verify how the growing export of açaí-based foods can impact the socio-biodiversity of the Brazilian Eastern Amazon. The research used a qualitative and quantitative approach, of a social and applied nature, with an exploratory and explanatory purpose. High international demand, driven by the superfood market, has generated negative socio-environmental impacts, such as "açaízação" (monoculture), loss of biodiversity, and devaluation of traditional knowledge. Exports, focused on profit, result in the unequal distribution of benefits and threaten the food sovereignty of local communities. There is an urgent need for public policies that promotes the preservation of socio-biodiversity, ensuring that the exploitation of açaí for export is fair, sustainable, and values the traditional peoples and communities of the region.

¹ Artigo apresentado ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Gestão em Desenvolvimento Regional do Instituto Federal do Amapá como requisito para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Regional.

² Acadêmica do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de Gestão em Desenvolvimento Regional. Email: guedesmanuela1309@gmail.com

³ Orientadora, Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Docente do Instituto Federal do Amapá. Email: ana.lima@ifap.edu.br

Keywords: Amazonian superfoods; exports; indigenous peoples; açai (*Euterpe oleracea Mart*); food sovereignty.

Data de apresentação: 25/ 11/ 2025.

1 INTRODUÇÃO

Superfoods ou Superalimentos, são alimentos superiores, com alta densidade nutricional, ou seja, uma relação entre nutrientes e calorias acima da média. Em geral, são alimentos com baixo teor de açúcar ou amido e alto teor de vitaminas, antioxidantes e outros compostos (Wolfe, 2017).

A região da Amazônia Oriental brasileira é conhecida por ser fonte destes superalimentos, tais como: açai (*Euterpe oleracea Mart*), cupuaçu (*Theobroma grandiflourum*), camucamu (*Myrciaria dúbia*), bacaba (*Oenacarpus multicaulis*), castanhadoPará (*Bertholletia excelsa*), bacuri (*Attalea phalerata*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), cumaru (*Dipteryx odorata*), cacau (*Theobroma cacao*), tucumã (*Astrocarium tucuma*), buriti (*Mauritia vinífera*) e guaraná (*Paulinia cupana*). Esses alimentos não apenas fornecem nutrientes essenciais, mas também ajudam a promover a sustentabilidade, valorização e desenvolvimento técnico e científico da diversidade da flora e fauna amazônicas (Castro *et al.*, 2021).

Superalimentos fazem parte da soberania alimentar da região amazônica, e tem sido consumido por gerações de comunidades indígenas e povos tradicionais. Dentre os citados acima, está a *Euterpe oleracea*, popularmente conhecida como açai, uma fruta nativa da região amazônica, reconhecida por suas propriedades nutritivas e sabor único. Seu consumo crescente tem impulsionado a economia local, o fruto está presente como base na alimentação da região Norte onde se divide pelo amor e necessidade ao fruto: uma fonte de renda para pequenos agricultores familiares. Porém não são só os agricultores e extrativistas ribeirinhos tem interesse pelo fruto, as grandes indústrias de todo o mundo também buscam a produção em larga escala para fins de exportação.

A produção e comercialização do açai desempenham um papel fundamental na economia local e no desenvolvimento social da região amazônica e dos povos que nela habitam. Porém, é necessário destacar a necessidade de políticas públicas e parcerias entre os setores público e privado para fortalecer a cadeia produtiva do açai e promover o

desenvolvimento sustentável na região. Uma das principais questões abordadas é a importância de investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação dos produtores locais. Isso inclui o apoio à agricultura familiar, que desempenha um papel crucial na produção do fruto, fortalecendo a economia local e contribuindo para a redução da pobreza e desigualdade, tudo isso mantendo a floresta em pé.

Outrossim, também há a necessidade de garantir boas práticas de cultivo e processamento do açaí a fim de garantir a qualidade do produto e atender às demandas do mercado. Isso envolve a implementação de sistemas de certificação e rastreabilidade, que podem agregar valor ao produto e abrir portas para novos mercados. No contexto da comercialização, é importante promover a valorização do conhecimento tradicional e a participação ativa das comunidades locais, garantindo a distribuição justa dos benefícios econômicos gerados pelo açaí (Farias Filho et al., 2015).

Com a exportação destes superfoods a cadeia se tornou mais densa, já que o conhecimento do fruto gerou a alta demanda pela fruta no exterior. Embora não seja conhecida em todos os continentes, grande parte da Europa, Estados Unidos e China já introduziram o fruto em seu mercado como sorvetes, cremes, cosméticos e sucos, transformando em uma rede de lucratividade e cadeia produtiva do açaí, nem sempre justa ou sustentável. Isso causa um impacto socioambiental na região, uma vez que a cadeia produtiva gera uma alta demanda de produção, onde nem todos os produtores conseguem realizar uma extração com manejo florestal e dignidade de trabalho, além de gerar o crescimento de ¹monoculturas de açaí, conhecido popularmente como açaização (Silveira *et al.*, 2023).

Assim, pode-se dizer que a exportação destes superalimentos sem fiscalização dos órgãos competentes e planejamento ordenado não desenvolve nem acrescenta na região da Amazônia Oriental brasileira, uma vez que seu olhar é voltado somente para o lucro, onde os povos e comunidades tradicionais acabam pagando o preço de perder sua cultura para internacionalizar sua soberania alimentar e seus saberes. Portanto, esta pesquisa pretende responder à pergunta: “Quais os impactos socioambientais a exportação de alimentos à base de açaí provoca na Amazônia Oriental brasileira? “

Para responder esta pergunta, a pesquisa tem, como objetivo geral, verificar como a crescente exportação de alimentos à base de açaí pode provocar na sociobiodiversidade da

¹ **Monocultura de açaí:** referida como açaização, é o processo de expansão do cultivo do açaí (*Euterpe oleracea Mart*) em regime de monocultura (prática agrícola de plantar uma única espécie vegetal em uma grande área de forma consistente, visando maximizar a produção para exportação), substituindo a diversidade da floresta amazônica. Este modelo de produção é associado a impactos socioambientais, como a perda de biodiversidade local e a alteração do ecossistema de várzea.

Amazônia Oriental Brasileira. Os objetivos específicos são: i) Identificar as cadeias e demandas de exploração do açaí para o atendimento ao mercado externo, levantando os possíveis impactos socioambientais e entender como a exploração e consumo do açaí nativo na Amazônia Ocidental Brasileira se potencializou, descrevendo sua produção; e posteriormente, ii) Avaliar como estes impactos afetam diretamente os povos e comunidades tradicionais e a biodiversidade presente no território.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa caracterizada como uma investigação de natureza social e aplicada, com objetivos exploratório e explicativo. Adotando uma abordagem quali-quantitativa, combinando os procedimentos técnicos de análise de dados secundários, bibliográficos e documentais (Marconi; Lakatos, 2003). Para alcançar os objetivos da pesquisa qualitativa a metodologia proposta envolveu uma busca abrangente em bases de dados acadêmicas (Scielo, plataforma de periódicos da CAPES, Web of Science e periódicos das universidades federais da Amazônia oriental que possuem robusto número de trabalhos publicados com relação ao tema da pesquisa), relatórios governamentais (IBGE, INPI, ICMBIO), documentos de ONGs e publicações de instituições de pesquisa (Embrapa) sobre a cadeia produtiva do açaí na Amazônia e Manejo Florestal. A pesquisa incluiu temas como: histórico da exploração do açaí na região, modelos de produção e extrativismo, legislação ambiental e socioeconômica aplicável e estudos de casos sobre cadeias de valor do açaí. A realização da pesquisa quantitativa foi realizada através de dados secundários do Sindicato de Frutas, que representa os interesses de produtores e indústrias do setor de frutas no Brasil e possui dados sobre as exportações das frutas brasileiras, também foram analisados dados do Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens com o objetivo de analisar o crescimento das exportações de açaí.

A análise de conteúdo dos dados coletados foi efetuada por meio de um processo de quatro fases. A primeira, a pré-análise, envolveu a seleção e o agrupamento dos documentos por similaridade, além da formulação de hipóteses e do agrupamento de indicadores. Em seguida, na etapa de codificação, o material foi recortado, selecionado e tabulado utilizando palavras-chave, temas e unidades de contexto. A terceira fase, a categorização, consistiu no agrupamento das palavras em categorias temáticas. Por fim, a fase de análise se dedicou ao tratamento dos resultados, permitindo as interpretações e a formulação das conclusões. (Bardin, 2020).

Para avaliar os impactos da exploração do açaí nos povos e comunidades tradicionais, a metodologia proposta incluiu as seguintes etapas: levantamento demográfico e socioeconômico, caracterização e avaliação dos impactos na biodiversidade (análise de impactos na estrutura e função dos ecossistemas).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Superalimentos, Soberania alimentar e Açaí (*Euterpe oleracea*)

Nos últimos anos, o termo *superfood* tem ganhado destaque no cenário global da alimentação, promovendo a ideia de alimentos com propriedades nutricionais excepcionais capazes de otimizar a saúde e prevenir doenças. Paralelamente, o conceito de soberania alimentar, idealizado a partir das lutas de movimentos sociais e camponeses, defende o direito dos povos de controlar seus próprios sistemas alimentares, priorizando a produção local, sustentável e culturalmente apropriada (Wolfe, 2009).

Embora aparentemente distintos, esses dois conceitos se entrelaçam em discussões sobre nutrição, saúde pública, desenvolvimento rural e justiça social. Este capítulo busca explorar a relação complexa entre superfoods e soberania alimentar, analisando seus conceitos, implicações e exemplos concretos, a fim de promover uma compreensão mais aprofundada sobre como a busca por alimentos super nutritivos alavancado pelo marketing e redes sociais pode tanto disparar quanto desafiar a construção de sistemas alimentares mais justos e equitativos.

O termo superalimentos não possui uma definição científica formalmente reconhecida por órgãos reguladores ou pela comunidade acadêmica. No entanto, é amplamente utilizado na indústria alimentícia e na mídia para descrever alimentos que são considerados nutricionalmente densos, ricos em vitaminas, minerais, antioxidantes, fibras e outros compostos bioativos que supostamente oferecem benefícios significativos à saúde. Exemplos frequentemente citados incluem frutas como açaí (*Euterpe oleracea Mart*) e mirtilo (*Vaccinium myrtillus*), vegetais como brócolis (*Brassica oleracea var. itálica*) e couve (*Brassica oleracea*), sementes como chia (*Salvia hispânica*) e linhaça (*Linum usitatissimum*), e peixes como o salmão (*Salmo salar*). A popularidade dos superfoods tem impulsionado um mercado global em constante crescimento, com projeções de atingir centenas de bilhões de dólares nos próximos anos (Harvard T.H. Chan School of Public Health, 2025).

Embora a inclusão de alimentos nutritivos na dieta seja inegavelmente benéfica, a promoção dos superfoods levanta algumas questões importantes. O termo é, em grande parte, uma estratégia de marketing que pode simplificar excessivamente a complexidade da nutrição, levando os consumidores a acreditarem que a ingestão de um ou poucos alimentos "milagrosos" pode compensar uma dieta desequilibrada. Além disso, a ênfase em alimentos exóticos e muitas vezes importados pode desviar a atenção de alimentos locais e acessíveis que também são nutricionalmente ricos e fazem parte da base alimentar cultural da região. A supervalorização de certos alimentos pode, inclusive, gerar pressões sobre os sistemas de produção em países em desenvolvimento, com impactos socioambientais negativos, como a monocultura e a exploração de recursos naturais.

A soberania alimentar é um conceito político e social que surgiu no final do século XX, articulado por movimentos camponeses e organizações da sociedade civil, notadamente a Via Campesina. Um movimento internacional que articula organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, indígenas e comunidades rurais em todo o mundo, defendendo a soberania alimentar, a agricultura camponesa sustentável, a reforma agrária e os direitos humanos. Fundada em 1993, ela promove a solidariedade entre os povos do campo e se opõe ao agronegócio, à padronização das culturas e à concentração de terra. Ela também contesta o modelo dominante de segurança alimentar, que, embora importante, é frequentemente criticado por focar apenas na disponibilidade e acesso aos alimentos, sem questionar as estruturas de poder que controlam o sistema alimentar global. A soberania alimentar defende o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, priorizando a sustentabilidade ecológica, a justiça social e os saberes de alimentação local (La Via campesina, 2021).

A soberania alimentar é um conceito multifacetado que se sustenta em pilares essenciais para a construção de um sistema alimentar justo e sustentável, começando pela prioridade à produção local para o consumo nacional, em vez da exportação em larga escala. Este foco é intrinsecamente ligado ao apoio aos pequenos produtores, que são reconhecidos e valorizados como guardiões cruciais da biodiversidade e do conhecimento tradicional. A sustentabilidade é reforçada pela produção agroecológica, que promove métodos de cultivo que respeitam o meio ambiente e a saúde humana, evitando o uso de agrotóxicos e transgênicos. Além disso, a soberania alimentar exige o controle sobre os recursos naturais, como terra, água e sementes, pelas comunidades locais, e o respeito pela cultura alimentar, valorizando as dietas e tradições culinárias regionais. Por fim, o princípio da justiça social é fundamental, buscando combater as

desigualdades de gênero, raça e classe para garantir que todos tenham acesso a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados (Nyéléni, 2015).

A relação entre superfoods e soberania alimentar é paradoxal. Por um lado, muitos dos alimentos rotulados como “superiores” são, na sua essência, alimentos tradicionais e nativos de diversas culturas, consumidos há séculos por suas propriedades nutricionais e medicinais. O açaí (*Euterpe oleracea*) na Amazônia Oriental, a quinoa (*Chenopodium quinoa*) nos Andes e o amaranto (*Amaranthus caudatus*) no México são exemplos de alimentos que, antes de se tornarem commodities globais, eram pilares da dieta e da cultura de comunidades locais e tradicionais. Quando a demanda global por esses alimentos aumentou, impulsionada pelo marketing, surgem desafios significativos para a soberania alimentar.

A alta demanda destes alimentos pode levar à expansão de monoculturas, substituindo a diversidade de cultivos locais, perda de biodiversidade e esgotamento de solos. Além disso, a produção em larga escala para exportação pode limitar o consumo destes alimentos localmente, tornando-os inacessíveis para as próprias comunidades que os cultivam e os tem como base alimentar, como é o caso do açaí na região Norte. A valorização de um alimento como "superfood" no mercado global pode desvalorizá-lo drasticamente, assim como o conhecimento tradicional e as práticas agroecológicas associadas à sua produção original (Mota et al, 2021).

No entanto, a potencial de alinhamento entre superfoods e soberania alimentar, especialmente quando a produção e o consumo desses alimentos são pautados por princípios agroecológicos e de justiça social. A promoção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) no Brasil é um exemplo concreto desse alinhamento. Muitas PANCs, como a ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata* Mill), peixinho-da-horta (*Stachys byzantina*) e o jambu (*Acmella oleracea*), possuem perfis nutricionais ricos e podem ser consideradas "superfoods" locais. Ao incentivar o cultivo e o consumo dessas plantas por agricultores familiares e comunidades locais, fortalece-se a biodiversidade, diversifica-se a dieta, aumenta-se a resiliência dos sistemas alimentares e valoriza-se o conhecimento tradicional e a cultura alimentar regional (Silva et al.2022).

Essa abordagem contrasta com a lógica do agronegócio, que visa a padronização e a mercantilização dos alimentos. A soberania alimentar, ao promover a diversidade, a autonomia e o controle local, oferece um caminho para que os benefícios nutricionais dos superfoods sejam acessíveis a todos, sem comprometer a sustentabilidade ambiental e a justiça social. O alicerce reside em reconhecer que o valor de um alimento não está apenas em sua composição nutricional, mas também em sua história, em como é produzido e em como contribui para a saúde das pessoas e do planeta.

A discussão sobre superfoods e soberania alimentar revela a complexidade do sistema alimentar contemporâneo. Enquanto os superfoods prometem saúde e bem-estar através de uma abordagem individualizada e muitas vezes comercial, a soberania alimentar propõe uma transformação sistêmica, buscando justiça, equidade e a sustentabilidade na produção e consumo de alimentos tradicionais. É fundamental que a crescente popularidade dos superfoods não obscureça a importância de fortalecer os sistemas alimentares locais, valorizar a biodiversidade e o conhecimento tradicional, e garantir que o acesso a alimentos nutritivos seja um direito universal, e não um privilégio. A verdadeira superalimentação reside na capacidade de cada comunidade de definir e produzir seus próprios alimentos, de forma justa, ecológica e culturalmente apropriada, garantindo a saúde de todos e a vitalidade do planeta sem perder seu poder de pertencimento através da alimentação.

3.1.1 Povos tradicionais, comunidades tradicionais e a soberania alimentar

No Brasil, a definição legal desses povos e comunidades reconhece-os como sujeitos de direitos, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Exemplos incluem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, caiçaras, entre outros (Brasil, 2025). Nesse cenário, os povos tradicionais exercem um papel crucial, pois detêm saberes tradicionais acerca da agricultura, pesca e coleta de alimentos, auxiliando na preservação da biodiversidade, tradição, ancestralidade e na produção de alimentos de alta qualidade (Soeiro et al., 2020).

Para os povos e comunidades tradicionais, o território vai além de um simples espaço físico; ele é um componente essencial que abrange suas conexões sociais, culturais, espirituais e econômicas. A terra e os recursos naturais constituem a base para sua sobrevivência e para a transmissão de saberes ancestrais. A agrobiodiversidade, que esses povos cultivam e gerenciam, é um pilar essencial para a segurança alimentar e a estabilidade de seus sistemas agrícolas, assegurando uma dieta variada e adequada às condições locais (Garavello, 2021).

Entretanto, a soberania alimentar dessas populações é constantemente ameaçada por fatores como a expansão do agronegócio, grilagem de terras, exploração predatória de recursos naturais, ausência de políticas públicas específicas e imposição de modelos de desenvolvimento que ignoram suas características culturais e ambientais. A insegurança alimentar e nutricional afeta de forma mais intensa os povos indígenas e as comunidades

tradicionais, frequentemente em razão da perda de acesso aos seus territórios e da desorganização de seus sistemas alimentares tradicionais (Conti *et al.*, 2014).

Os desafios para a garantia de sua soberania alimentar são complexos e multifacetados, incluindo a necessidade de reconhecimento e demarcação de seus territórios, a proteção contra invasões e desmatamento, o acesso a políticas públicas que valorizem e apoiem suas práticas produtivas tradicionais, e o fortalecimento de suas organizações sociais e políticas. As possibilidades de combate à fome no Brasil por meio da segurança e soberania alimentar partem da importância dos povos tradicionais e povos de comunidades tradicionais, como comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, na preservação da diversidade alimentar e na promoção da segurança alimentar.

A soberania alimentar refere-se à capacidade dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas e alimentares, garantindo o acesso a alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável (Guerra, 2020). Os povos tradicionais desempenham um papel fundamental nesse contexto, uma vez que possuem conhecimentos tradicionais sobre agricultura, pesca e coleta de alimentos, contribuindo para a preservação da biodiversidade, tradição, ancestralidade e produção de alimentos de qualidade (Alisson, 2013).

A segurança alimentar, por sua vez, está relacionada à disponibilidade, acessibilidade, utilização e estabilidade dos alimentos. Os povos tradicionais têm um papel crucial na promoção da segurança alimentar, pois possuem práticas agrícolas sustentáveis, baseadas no respeito à natureza e à diversidade de espécies cultivadas (Magalhães, 2021).

Além disto, é de importância a resolução de políticas públicas que reconheçam e valorizem os conhecimentos tradicionais dos povos e promovam a inclusão dessas comunidades nos processos de tomada de decisão relacionados à produção de alimentos.

Ademais, é fundamental certificar o acesso à terra, à água e aos recursos naturais, bem como o fortalecimento das cadeias produtivas locais, a fim de garantir a autonomia e a sustentabilidade dessas comunidades. Nesse sentido, há uma necessidade de abordagem mais ampla e inclusiva na promoção da segurança e soberania alimentares, reconhecendo o papel dos povos tradicionais como agentes fundamentais nesse processo. A valorização e proteção desses conhecimentos e práticas ancestrais são essenciais para a construção de um sistema alimentar mais justo, sustentável e saudável para todos os brasileiros (Soeiro, Koury. 2020).

3.1.1.1 Produção e comercialização do açaí (*Euterpe oleracea*)

A produção e comercialização do açaí desempenham um papel fundamental na economia e no desenvolvimento social da região amazônica. Porém, é necessário destacar a necessidade de políticas públicas e parcerias entre os setores público e privado para fortalecer a cadeia produtiva do açaí e promover o desenvolvimento sustentável na região (Farias Filho *et al.*, 2015).

A produção e comercialização do açaí têm experimentado um crescimento exponencial nas últimas décadas, transformando-o de um alimento básico da dieta amazônica em um produto de alcance global. Esse fenômeno é impulsionado tanto pela crescente demanda interna quanto pela expansão para mercados internacionais, onde o açaí é valorizado por suas propriedades nutricionais e status de superalimento (Silva, 2019).

Tradicionalmente, a produção de açaí na Amazônia ocorre em sistemas extrativistas, onde os frutos são coletados de açaizeiros nativos que crescem em áreas de ¹várzea e igapó. Esse modelo de produção é caracterizado pela baixa intervenção humana e pela dependência dos ciclos naturais da floresta. A técnica de colheita é manual e exige grande habilidade, sendo realizada por membros da família que escalam os troncos das palmeiras utilizando um instrumento de apoio conhecido como ²peconha, além do uso do facão para o corte dos cachos maduros (Torrinha; Chaves, 2022). Este método não apenas garante a qualidade do fruto, mas também reflete uma profunda relação de territorialidade e conhecimento tradicional, onde a produção visa, historicamente, o consumo doméstico e a geração de renda de forma equilibrada com o meio ambiente. Para muitas comunidades ribeirinhas, o extrativismo do açaí representa uma importante fonte de renda e subsistência, mantendo uma relação intrínseca com a cultura e o modo de vida local (Cordeiro *et al.*2024)

¹ **Várzea:** refere-se a áreas de florestas inundáveis localizadas ao longo das margens de rios na Bacia Amazônica. Essas áreas são periodicamente alagadas durante a estação das chuvas devido ao transbordamento dos rios de "água branca", como o Amazonas e o Solimões, que são rios com águas turvas e barrentas que carregam uma grande quantidade de sedimentos ricos em nutrientes. Essa dinâmica de inundação torna os solos de várzea extremamente férteis, ideais para o crescimento natural do açaizeiro

² **Peconha:** ferramenta rudimentar amazônica, semelhante a um cinto feito de cipó, fibra ou corda, usada para ajudar na escalada de açaizeiros. Os coletores de açaí, chamados "peconheiros", prendem a peconha nos pés, e ela funciona como um apoio que firma o pé no tronco da árvore, permitindo a subida para a colheita dos frutos

Figura 01- Foto do instrumento peconha.



Fonte: Rainforest Chica, 2024.

Figura 02- “Peconheiro” utilizando a ferramenta.



Fonte: Rainforest Chica, 2024.

No entanto, o aumento da demanda levou à intensificação da produção, com a adoção de sistemas de manejo mais intensivos e até mesmo o cultivo em monoculturas, especialmente em áreas de terra firme. Embora esses sistemas possam aumentar a produtividade, eles também levantam preocupações sobre a sustentabilidade ambiental, como a alteração da paisagem, a perda de biodiversidade e a pressão sobre os recursos naturais (Da costa, 2023).

A cadeia de comercialização do açaí é complexa e envolve diversos atores, desde os extrativistas/produtores até o consumidor final, sua dinâmica de preços é influenciada por diversos fatores, incluindo a sazonalidade da produção, as condições climáticas, a logística de transporte e a demanda dos mercados. Durante a safra, a oferta é maior e os preços tendem a cair, enquanto na entressafra, a escassez do fruto eleva os valores (Da Silva,2020).

A produção e comercialização do açaí desempenham um papel fundamental na economia e no desenvolvimento social da região amazônica. Porém, é necessário destacar a necessidade de políticas públicas e parcerias entre os setores público e privado para fortalecer a cadeia produtiva do açaí e promover o desenvolvimento sustentável na região.

Uma das principais questões abordadas é a importância de investimentos em infraestrutura, tecnologia e capacitação dos produtores locais. Isso inclui o apoio à agricultura familiar, que desempenha um papel crucial na produção do fruto, fortalecendo a economia local e contribuindo para a redução da pobreza e desigualdade. Além disso, também há a necessidade de garantir boas práticas de cultivo e processamento do açaí, a fim de garantir a qualidade do produto e atender às demandas do mercado. Isso envolve a implementação de sistemas de certificação e rastreabilidade, que podem agregar valor ao produto e abrir portas para novos mercados. No contexto da comercialização, é importante promover a valorização do conhecimento tradicional e a participação ativa das comunidades locais, garantindo a distribuição justa dos benefícios econômicos gerados pelo açaí (*Euterpe oleracea*) (Farias Filho *et al.*, 2015).

3.1.1.1.1 Economia Ecológica e os Impactos do crescimento da Monocultura de Açaí (“Açaização”)

A expansão da monocultura e exportação de açaí no Brasil apresenta um panorama econômico de dualidades, gerando tanto benefícios quanto vulnerabilidades significativas, que podem ser analisadas sob a ótica da economia ecológica de Vivien. Por um lado, a cadeia produtiva do açaí tem sido um motor de desenvolvimento econômico para a região amazônica, especialmente no estado do Pará. Ela gera renda e empregos para milhares de pessoas, abrangendo desde os extrativistas e pequenos produtores até os intermediários, as indústrias de beneficiamento e os exportadores (Alves *et al.*, 2022).

Para muitas comunidades ribeirinhas e populações tradicionais, o açaí transcendeu seu papel de alimento básico para se tornar a principal fonte de sustento, promovendo uma melhoria inicial nas condições de vida e impulsionando a economia local. O crescimento

exponencial do mercado internacional, com o Pará liderando a produção e exportação, reflete o sucesso comercial do fruto. No entanto, essa dependência econômica de uma única *commodity* expõe a região a riscos inerentes à escala sustentável e à distribuição justa dos recursos, conceitos caros à economia ecológica. A monocultura torna a economia local extremamente vulnerável a flutuações do mercado global, como mudanças na demanda, crises econômicas internacionais ou imposição de tarifas de exportação (Martins, 2024).

Além disso, a concentração da produção e do beneficiamento, muitas vezes nas mãos de grandes empresas e exportadores, pode levar a uma distribuição desigual da riqueza gerada. Enquanto o açaí se torna um produto de alto valor agregado no mercado global, os pequenos produtores e extrativistas na base da cadeia recebem uma parcela desproporcionalmente pequena dos lucros, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade. A economia ecológica argumenta que a eficiência econômica não deve ser medida apenas pelo crescimento do PIB, mas também pela equidade na distribuição dos benefícios e pela resiliência dos sistemas socioeconômicos frente a choques externos (Ribeiro *et al.*, 2025). A "açaização" da economia amazônica, ao focar na maximização da produção de um único produto para exportação, pode comprometer a diversificação econômica e a segurança alimentar local, tornando as comunidades mais dependentes e menos autônomas (Dos Santos *et al.*, 2021)

A expansão da cultura, embora tenha gerado oportunidades de renda e, em alguns contextos, contribuído para a segurança alimentar de comunidades tradicionais, especialmente ribeirinhas, também trouxe consigo uma série de desafios sociais profundos. Um dos problemas mais graves é o aumento da desigualdade social e a pressão sobre as comunidades locais. A valorização da terra e a especulação imobiliária, impulsionadas pela lucratividade do açaí, podem levar à expulsão de populações tradicionais de suas terras, desestruturando seus modos de vida e sua relação com o território. A monocultura, ao substituir sistemas agroflorestais diversificados, pode reduzir a autonomia alimentar das comunidades, tornando-as mais dependentes do mercado para obter outros alimentos (AMAZONIA VOX, 2025).

Outra questão social alarmante é a incidência de trabalho infantil na colheita do açaí. A demanda por mão de obra para subir nas palmeiras, uma tarefa árdua e perigosa, tem levado ao uso de crianças, que são mais leves e ágeis, para realizar essa atividade. Essa prática não apenas expõe as crianças a riscos físicos, mas também compromete gravemente seu desenvolvimento educacional, perpetuando ciclos de pobreza e limitando suas perspectivas futuras. A economia ecológica, ao defender a equidade intergeracional, condena tais práticas que sacrificam o bem-estar das futuras gerações em prol de ganhos econômicos imediatos (Cintra, 2024).

Adicionalmente, a "açaiização" pode resultar na perda de conhecimentos tradicionais e práticas de manejo sustentável. A substituição da diversidade de culturas por uma única espécie impacta a cultura alimentar local e a transmissão de saberes ancestrais sobre o manejo da floresta e seus recursos. A dependência de uma monocultura também pode levar à precarização das condições de trabalho, com jornadas exaustivas e remuneração inadequada para os coletores e trabalhadores rurais, que estão na base da cadeia produtiva. Esses aspectos sociais demonstram como a busca por eficiência econômica, sem considerar a dimensão social e ética, pode gerar externalidades negativas que afetam profundamente a qualidade de vida e a justiça social nas regiões produtoras (Silva *et al.*, 2024).

Do ponto de vista ambiental, a monocultura de açaí representa uma ameaça significativa à escala sustentável e à integridade dos ecossistemas amazônicos, em direta contradição com os princípios da economia ecológica. A substituição de florestas nativas e sistemas agroflorestais diversificados por plantações homogêneas de açaí, um processo conhecido como "açaiização", leva a uma drástica perda de biodiversidade. Árvores-símbolo da Amazônia, como a samaúma, o jatobá e o cedro, que desempenham funções ecológicas vitais – como fornecer sombra, abrigo para a fauna (pássaros e insetos) e reciclar nutrientes do solo – estão desaparecendo para dar lugar aos campos de açaí. Estudos indicam que em áreas com alta densidade de touceiras de açaí (mais de 600 por hectare), a riqueza funcional do ecossistema pode cair em até 50%. A ausência de plantas mais altas e diversificadas torna o solo mais ácido, o que, embora tolerado pelo açaí, inviabiliza o crescimento de outras espécies, dificultando a regeneração florestal (Freitas *et al.*, 2021). A perda de diversidade também afeta diretamente os serviços ecossistêmicos, como a polinização. Abelhas, cruciais para a reprodução de diversas espécies, incluindo o próprio açaí, são impactadas, resultando em uma redução de até 30% na produtividade dos cachos em áreas de monocultivo (Guimarães; Moraes, 2022).

Além da perda de biodiversidade, a monocultura de açaí contribui para a degradação do solo. A remoção de outras espécies e a intensificação do cultivo esgotam os nutrientes do solo, exigindo o uso de fertilizantes químicos. O uso de pesticidas, embora menos comum no açaí do que em outras culturas, ainda representa um risco de contaminação para solos e corpos d'água, afetando a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas aquáticos. Embora alguns argumentem que a produção de açaí em certas áreas apresenta índices de desmatamento inferiores a outras culturas, a expansão desordenada e a intensificação da monocultura, especialmente em áreas de várzea, têm sido associadas à destruição de matas ciliares e à alteração da estrutura florestal (Araújo *et al.*, 2015). A economia ecológica enfatiza que a

capacidade de suporte dos ecossistemas não é infinita e que a exploração intensiva de um único recurso, mesmo que renovável, pode levar ao colapso dos sistemas naturais e, conseqüentemente, dos sistemas econômicos e sociais que deles dependem (Costanza, 2010).

A análise da monocultura e exportação de açaí à luz dos princípios da economia ecológica de Franck-Dominique Vivien revela a urgência de um diálogo mais profundo entre as esferas econômica e ambiental. O "boom" do açaí, embora traga benefícios econômicos imediatos, expõe as fragilidades de um modelo de desenvolvimento que negligencia os limites biofísicos e as complexas interações socioecológicas. A "açaização" da Amazônia, com seus impactos na biodiversidade, no solo e nas comunidades tradicionais, é um exemplo claro da incompatibilidade entre o crescimento econômico desregulado e a sustentabilidade (Dos Santos *et al.*, 2021). A obra de Vivien nos convida a repensar os padrões de produção e consumo, buscando alternativas que promovam uma distribuição mais equitativa da riqueza e preservem a integridade dos ecossistemas. É imperativo que as políticas públicas e as práticas de mercado incorporem os princípios da economia ecológica, valorizando não apenas o valor de mercado do açaí, mas também seus custos ambientais e sociais, garantindo um futuro mais justo e sustentável para a Amazônia e suas populações (Vivien, 2011).

3. 1.1.1.1. Impactos sociais e econômicos com a exploração do açaí (*Euterpe oleracea Mart*)

O açaí tornou-se um dos principais produtos extrativistas da Amazônia, gerando milhões de reais anualmente e contribuindo significativamente para a economia de estados como Pará e Amapá. A exploração do açaí é uma fonte vital de renda para as famílias ribeirinhas e extrativistas, especialmente durante a safra, gerando empregos diretos na coleta, transporte e beneficiamento, e indiretos em serviços e comércio relacionados. Para muitas comunidades, o açaí representa a principal ou única fonte de existência, reduzindo a dependência de outras atividades econômicas e contribuindo para a fixação da população no campo (Silva *et al.*, 2020).

Essa expansão, embora traga benefícios econômicos, também acarreta uma série de impactos sociais e econômicos complexos, que afetam diretamente as comunidades locais e a dinâmica regional. O desenvolvimento regional e segurança alimentar das comunidades locais têm sido prejudicados, o crescimento acelerado da economia do açaí tem levado à concentração de renda e à marginalização das populações tradicionais da região (Marques, 2023).

Apesar dos benefícios, a dependência econômica do açaí expõe as comunidades a riscos. A flutuação dos preços no mercado, influenciada pela sazonalidade da produção e pela dinâmica da oferta e demanda, pode gerar instabilidade na renda dos produtores. Além disso, eventos climáticos extremos, como secas prolongadas, podem impactar severamente a produção e a economia local (Moraes et al. 2023). Os impactos sociais dessa exploração são plurifacetados e podem ser tanto positivos quanto negativos, dependendo do modelo de produção e das relações estabelecidas na cadeia. Em alguns casos, a exploração do açaí tem incentivado a organização social das comunidades e formação política com a criação de associações e cooperativas que buscam melhores condições de trabalho, preços justos e acesso a políticas públicas, fortalecendo a autonomia e a capacidade de autogestão das comunidades (Berndt et al. 2025).

Com a grande busca pelo fruto vem o aumento do valor, que pode gerar conflitos pelo uso da terra e dos recursos naturais, especialmente em áreas onde não há regularização fundiária. A entrada de grandes empresas e investidores externos pode levar à concentração de terras e à exclusão de pequenos produtores. Assim como a distribuição desigual dos benefícios ao longo da cadeia produtiva também é uma preocupação, com a maior parte do lucro concentrada nos elos superiores da cadeia, em detrimento dos extrativistas (Rodrigues, 2024). Apesar do crescimento econômico da indústria do açaí, o desenvolvimento regional e a segurança alimentar das comunidades locais têm sido prejudicados. O crescimento acelerado da economia de açaí tem levado à concentração de renda e à marginalização das populações tradicionais da região (Lucena Neto *et al.*, 2025).

Além disso, a intensa exploração do açaí tem causado impactos ambientais, como o desmatamento e a perda da biodiversidade (Alisson, 2025). Por isso é necessário considerar estratégias que garantam benefícios socioeconômicos equitativos para as comunidades locais, valorizando seus conhecimentos tradicionais e promovendo a inclusão social. Além disso, a diversificação da economia local e o estímulo à produção agroecológica podem contribuir para reduzir a dependência exclusiva do açaí como fonte de renda e garantir a segurança alimentar das populações regionais. Destacando a importância de uma abordagem holística e sustentável para lidar com os desafios socioeconômicos relacionados à exploração do açaí na Amazônia (Marques, 2023).

4 RESULTADOS E DICUSSÃO

A produção de açaí envolve um processo cuidadoso para garantir a qualidade do produto. O processo inclui a seleção e recebimento dos ingredientes, pesagem, mistura, embalagem, armazenamento e distribuição. A Figura 01 relata a coleta manual de açaí que é realizada pelos agricultores familiares da região Norte do Brasil, uma prática tradicional que é passada por gerações. Processo que gera desenvolvimento socioambiental para a região, uma vez que é promovida a partir do agro extrativismo sustentável.

De acordo com o censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar tem um papel fundamental na produção do produto, uma vez que do total produzido, 78,7% vêm da agricultura familiar, sendo estes, responsáveis pela produção de 280 toneladas de polpa de açaí por ano (IBGE, 2017).

Figura 03 – Fotografia do açaí e um produtor agroextrativista no Amapá.



Fonte: Tarso, (2023).

O despolpamento do açaí é uma etapa importante no processo de produção do açaí em creme. Primeiro, as frutas maduras são colhidas das palmeiras. Em seguida, elas são lavadas para remover qualquer sujeira ou impurezas. Após a lavagem, as frutas de açaí são colocadas em um equipamento chamado despolpadeira.

A despolpadeira é uma máquina que remove a polpa das frutas e separa as sementes. O processo de despolpamento geralmente envolve a trituração das frutas e a aplicação de pressão para extrair a polpa. Uma vez que a polpa é separada das sementes, ela pode ser utilizada para fazer o creme de açaí. A polpa pode ser armazenada em recipientes refrigerados

para preservar sua frescura. É importante ressaltar que algumas comunidades tradicionais ainda utilizam métodos manuais para despolar o açaí (*Euterpe oleracea*), utilizando pilões e peneiras para separar a polpa das sementes. Esses métodos preservam a tradição e o conhecimento ancestral das comunidades locais. O despolvimento do açaí requer cuidado e atenção para garantir a qualidade do produto final. É essencial que sejam adotadas práticas higiênicas durante todo o processo, desde a colheita até o despolvimento, para evitar a contaminação e garantir um produto seguro e saudável.

A produção de açaí, na região Norte do país, saiu de R\$ 4.646.803 em 2020, para R\$7.770.712 em 2024 (Tabela 01). Um aumento de quase 300% na produção do fruto, mostrando uma relevância econômica e social para a região (IBGE, 2025).

Tabela 01 –Série histórica do Açaí (cultivo) - Valor da produção (2020 a 2024)

Açaí (cultivo) - Valor da produção (Mil Reais)

| | |
|-------------|-----------|
| 2020 | 4.646.803 |
| 2021 | 5.300.737 |
| 2022 | 6.147.517 |
| 2023 | 8.056.995 |
| 2024 | 7.770.712 |

Fonte: IBGE, (2025).

O cenário da produção de açaí no Brasil revela uma ascensão notável ao longo das últimas décadas. Em 2024 o estado que se destaca na produção de açaí é o Pará, que, em suas áreas de várzea presentes nas ilhas do Marajó, representam quase 50% de toda a produção do fruto na região (IBGE, 2025).

Tabela 02 - Produção de Açaí (cultivo), 2024.

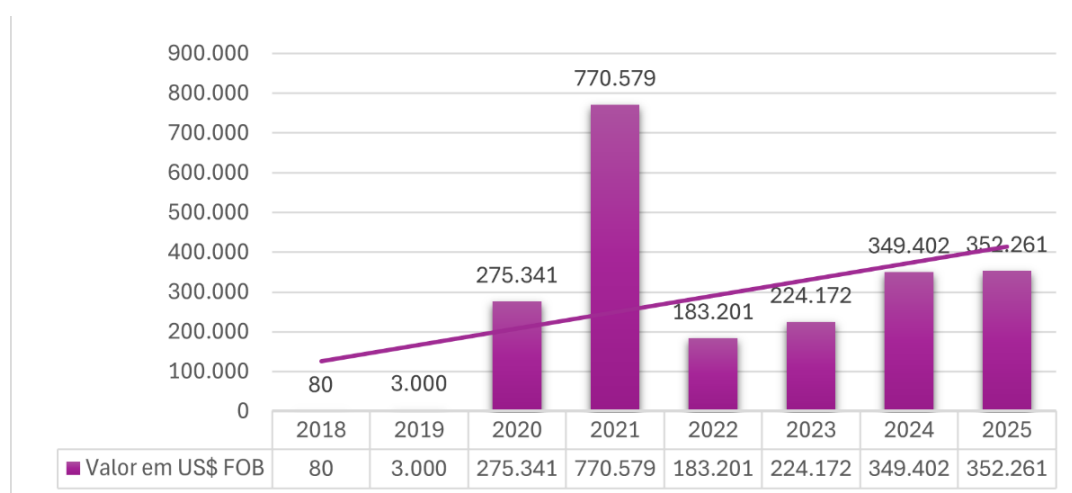
Produção de Açaí (cultivo)

| | |
|-----------------------------|-----------------------------|
| Valor da produção | 7.770.712 Mil Reais (2024) |
| Quantidade produzida | 1.741.757 Toneladas (2024) |
| Área colhida | 262.289 Hectares (2024) |
| Rendimento médio | 6.641 Kg por Hectare (2024) |
| Maior produtor | Pará (2024) |

Fonte: IBGE, (2025).

A exportação do açaí na região amazônica tem sido impulsionada pela crescente demanda internacional por alimentos saudáveis e nutritivos. O açaí é reconhecido por suas propriedades antioxidantes e alto valor energético, tornando-se popular em diversos países. Seu crescimento de exportação deu um salto quando o mercado reconheceu o alimento como um superfood, atingindo sua maior exportação no ano de 2021, em que estados como o Amapá e Pará seguem na liderança de exportação de açaí.

Gráfico 02- Valor total em US\$ FOB de Polpa de Açaí Exportados pelos estados: Amapá e Pará (2018 a 2025).



Fonte: ComexStat, (2025).

Os principais destinos da polpa do fruto são: Estados Unidos; Alemanha; Bélgica e Holanda (SINDFRUTAS, 2023). A descoberta global do produto na última década é refletida nos números, que comprovam o interesse internacional. Sozinho, o Estado do Pará representa mais de 94% das exportações de açaí do Brasil para o mundo. Nos últimos dez anos, o crescimento da exportação do produto paraense teve um salto vertiginoso: cresceu mais de 14.380% (quase 15 mil por cento). Passou de 41 toneladas exportadas em 2011 para o recorde de 5.937 toneladas em 2020. Em apenas um ano, entre 2019 e 2020, o crescimento foi de 51%. Em 2018, a exportação rompeu, pela primeira vez, a casa das 2 mil toneladas. Em 2019, foram 3,9 mil. E, em 2020, um novo salto (ABRAFRUTAS, 2021).

Gráfico 03- Exportação do açaí paraense em toneladas (2011 a 2020)



Fonte: FIEPA, 2021.

Sobre a produção de Açaí no estado do Pará, podemos afirmar que:

O Pará é o maior produtor do mundo, mas outras regiões do país de clima até oposto ao nosso estão plantando açaí – e não queremos ver a história se repetir como aconteceu com a borracha, levada para a Malásia pelos ingleses e aniquilando nossa economia da borracha. Precisamos certificar, criar um selo e identificar geograficamente, contar sua história e sua cultura, entre tantas potencialidades que essa fruta e sua identidade podem nos proporcionar econômica e culturalmente (Ponte, 2025).

O principal ponto é que, além de maior produtor e exportador do fruto, não somente o Pará, mas também outros estados da Amazônia Oriental como o Amapá também são os maiores consumidores locais do fruto no Brasil, pois o açaí compõe as refeições principais das populações desses estados (Rosário, 2022). Apesar dos números expressivos de produção e comercialização do açaí enfrentam desafios em relação à sustentabilidade e ao desenvolvimento econômico local. É necessário adotar abordagens sustentáveis na cadeia de suprimentos do açaí como o cultivo responsável, a preservação do conhecimento tradicional e a valorização das comunidades extrativistas.

Houve uma crescente procura do mercado externo por este produto, pois o açaí possui qualidades atraentes para alimentos, cosméticos, bebidas, cremes e sorvetes. Por isso, a produção e comercialização do açaí em alta demanda na região amazônica gera desafios a serem enfrentados pelas comunidades locais, incluindo a falta de desenvolvimento econômico e a redução da segurança alimentar.

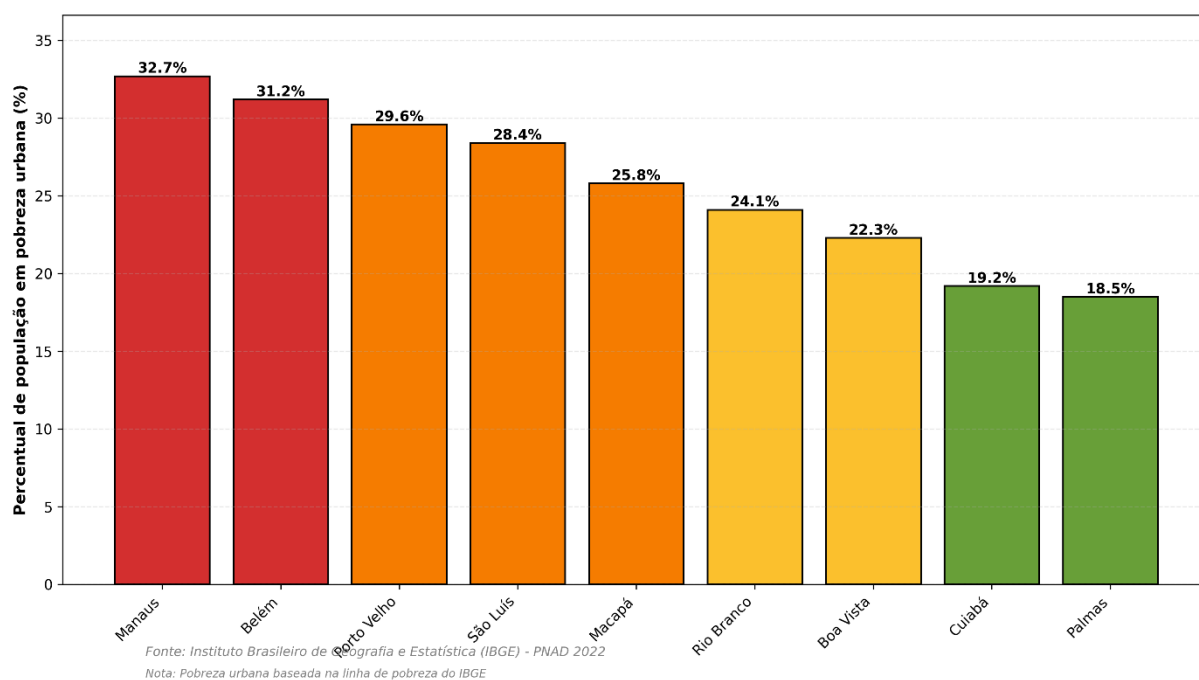
Tabela 03- Percentual de População Pobre na Amazônia Legal

| Estado | População pobre | Participação no total da região | Percentual da população pobre |
|-------------|-----------------|---------------------------------|-------------------------------|
| Pará | 3.928.708 | 32,3% | 43,8% |
| Maranhão | 3.715.781 | 30,6% | 51,4% |
| Amazonas | 1.901.275 | 15,6% | 44,5% |
| Mato Grosso | 551.307 | 4,5% | 15,2% |
| Tocantins | 487.665 | 4,0% | 29,7% |
| Rondônia | 465.440 | 3,8% | 25,1% |
| Acre | 455.768 | 3,7% | 49,3% |
| Amapá | 388.470 | 3,2% | 42,5% |
| Roraima | 265.026 | 2,2% | 42,7% |

Fonte: Amazônia Legal, (2025).

Gráfico 04- Índice de Pobreza Urbana nas Capitais da Amazônia Legal

Fonte: IBGE -PNAD, (2022).



Como apresentado na tabela 03 e gráfico 04, as duas capitais (Belém e Macapá) dos estados que mais exportam Açaí (Pará e Amapá), apresentam, respectivamente, uma porcentagem significativa de população pobre, Pará com 43,8% e Amapá 42,5 % e segundo e terceiro lugares no ranking do índice de pobreza urbana nas capitais da Amazonia Legal. Demonstrando que crescimento econômico (como a grande quantidade de exportação de açaí) não está ligado a desenvolvimento econômico (promoção de aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e melhoria de qualidade de vida da população). Além disso, políticas públicas eficientes são essenciais para fortalecer a cadeia produtiva do açaí,

garantindo impactos socioeconômicos equitativos e a diversificação da economia local. Pois há um grande impacto dessa mudança na diversidade florística e os riscos associados ao monocultivo do açaí. O cultivo intensivo do açaí resultou em uma perda significativa da diversidade de espécies vegetais, além de aumentar a vulnerabilidade do ecossistema a doenças e pragas.

É necessária uma perspectiva interdisciplinar para compreender a dinâmica desse mercado e propor soluções para promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável na região amazônica. Por fim, é imprescindível que empresas exportadoras sejam regularmente fiscalizadas, pois os casos de trabalho análogos a escravidão na cadeia produtiva do açaí é recorrente, que seus produtos apresentem a origem do açaí na embalagem preservando a matriz do fruto. Devem agregar valor e sustentabilidade nas regiões onde se instalam, que seja um açaí socialmente justo e efetivamente sustentável (Soeiro, Koury; 2020).

5 CONCLUSÕES

O açaí representa cultura, tradição e ancestralidade. Seu extrativismo é passado de geração em geração e é símbolo cultural do povo nortista. Sua colheita é difícil e arriscada, sendo necessária uma visão mais humanizada para sua produção em larga escala, com incentivo ao manejo florestal, políticas públicas que agregam a agricultura familiar e integração do sistema Agroflorestal para a distribuição justa de lucros e renda com os povos que habitam na Amazônia, incentivos fiscais e governamentais bem como manter a importância da floresta acima de ganhos e lucros capitais.

Para preservar a biodiversidade da Amazônia deve ser prioridade agregar valor à cadeia produtiva sustentável. A demanda, produção e exportação do açaí só cresce a cada ano, sua regularização e fiscalização é necessária. A Amazônia é conhecida por ser uma das áreas mais biodiversas do mundo, abrigando inúmeras espécies de animais e plantas. Estima-se que existam milhares de espécies ainda não descobertas na região.

No entanto, a Amazônia também enfrenta sérios desafios em relação à perda de biodiversidade, principalmente devido ao desmatamento como consequência da expansão do agronegócio e monocultura do açaí para exportação, sem controle de qualidade e conservação, está surgindo grandes campos de açaí que ameaçam a diversidade florística da floresta amazônica nativa, esse declínio tem consequências negativas tanto para as espécies que habitam a floresta quanto para as comunidades locais, levando ao alto crescimento, baixo

desenvolvimento e declínio alimentar dos povos regionais. Ameaçando sua soberania e segurança alimentar, bem como seus modos de vida tradicionais. Portanto, preservar a biodiversidade na Amazônia é crucial para manter a saúde dos ecossistemas e assegurar a sobrevivência de espécies únicas e valiosas e dos povos que habitam e possuem saberes uno sobre ela.

REFERÊNCIAS

Amazônia Vox: MUITO ALÉM DO AÇAÍ: COMO O CHOCOLATE PRODUZIDO LOCALMENTE ESTÁ SENDO UMA ALTERNATIVA À MONOCULTURA. Disponível em: <<http://www.amazoniavox.com/guardioesdoacaracu>>.

ALISSON, Elton. Povos tradicionais têm papel crucial na conservação da biodiversidade. Agência FAPESP, São Paulo, 22 jul. 2013. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/povos-tradicionais-tem-papel-crucial-na-conservacao-da-biodiversidade/17584>.

ALISSON, Elton. Mudanças climáticas e cultivo em sistema de monocultura diminuem a produção do açaí. Agência FAPESP, São Paulo, 18 nov. 2025. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/mudancas-climaticas-e-cultivo-em-sistema-de-monocultura-diminuem-a-producao-do-acai/56490>.

ALVES, J. E.; DURAN, J. I. S. M.; PASSADOR, G. A cadeia produtiva do açaí e sua importância nas exportações do estado do Pará. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 5, p. 1-18, 2022.

ARAÚJO, César Teixeira Donato de; NAVEGANTES, Livia de Freitas. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaí (*Euterpe oleraceae* Mart.) no estuário amazônico: perda de diversidade florística e riscos do monocultivo. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 10, n. 1, p. 1-12, nov., 2015. Disponível em: <https://revistas.abaagroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/16397>. Acesso em: 10 dez 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Articulação de Políticas Públicas de SAN para Povos e Comunidades Tradicionais. [S. l.], p.[20].

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2020.

BERNDT, A. et al. **SeguraNça alimeNtar**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1158398/1/Seguranca-Alimentar.pdf>>.

BARTABURU, Xavier. **Demanda global por açaí está destruindo as florestas de várzea da Amazônia.** 30 set. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/09/demanda-global-por-acai-esta-destruindo-as-florestas-de-varzea-da-amazonia/>

CONTI, Irio Luiz; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 780-804, 2014.

CORDEIRO, R. A. M.; SENA, W. de L.; SILVA, A. L. P. da; MEIRELES, R. de O.; PIRES, E. da S.; SOUZA, F. C. A. de; CANTUÁRIA, P. de C.; SILVA, B. M. da S. e. Influência da produção do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) na geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar. *OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA*, [S. l.], v. 22, n. 6, p. e5289, 2024.

COSTANZA, R. **What is ecological economics?** Disponível em: <<https://insights.som.yale.edu/insights/what-is-ecological-economics>>.

CINTRA, A. L. Trabalho infantil e a indústria do açaí: a triste realidade que precisa ser contada. Disponível em: <<https://www.belemnegocios.com/post/trabalho-infantil-e-a-industria-do-acai-a-triste-realidade-que-precisa-ser-contada>>

COSTA, Gilson da Silva *et al.* Economia açaífera na Amazônia: alto crescimento, baixo desenvolvimento e declínio alimentar dos povos regionais. *Crescimento e Desenvolvimento numa perspectiva interdisciplinar: ensaios sobre o crescimento econômico brasileiro*. São Paulo: Científica Edital, 2022. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/economia-acai-fer-na-amazonia-alto-crescimentobaixo-desenvolvimento-e-declinio-alimentar-dos-povos-regionais>. Acesso em: 03 dez. 2023.

DA COSTA, N. P.; DE SOUSA, F. F.; DE ANDRADE, J. P.; ARAÚJO, S. A. A.; DE AVIZ, M. A. B.; BARROS, F. A. L.; DOS SANTOS, C. N. C.; DE JESUS, R. T. Aspectos socioambientais da produção do açaí (*Euterpe oleracea* mart.) Em uma comunidade ribeirinha da Amazônia-Cametá/Pará. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, [S. l.], v. 16, n. 5, p. 2270–2290, 2023.

CURIEL, Charlyne. Amaranto como alimento indígena: produção de herança e ativismo alimentar. *Encartes*, v. 5, n. 10, p. 203-233, 2022. Disponível em: <https://encartes.mx/pt/curiel-amaranto-alimento-indigena-patrimonio-ativismo/>

DOS SANTOS, Erick Silva; RAMOS, Claudia Azevedo-; GUEDES, Marcelino Carneiro. Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 24, n. 2, ago. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/8193>>. Acesso em: 19 nov. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v24i2.8193>.

DOMINIQUE VIVIEN, Franck. **Economia e ecologia**. São Paulo: senac, 2011. 152 p.

FREITAS, M. A. B. et al. Intensification of açaí palm management largely impoverishes tree assemblages in the Amazon estuarine forest. **Biological Conservation**, v. 261, p. 109251, 1 set. 2021.

FERREIRA, Otávio Bruno da Silva; FREITAS, Juliana Rodrigues. É possível falar em desenvolvimento na cadeia produtiva do açaí? **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 4, n. 2, p. 1-21, jul/dez., 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/4993>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; SOUSA, José Wellington; SILVA, Silmara Ferreira da. Dinâmica do Campo Organizacional das Agroindústrias de Exportação de Açaí. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 1-31, jul/set., 2015. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/2999>. Acesso em: 03 dez. 2023.

GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduarda. SISTEMAS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS E SOBERANIA ALIMENTAR. In: KROHLING KUNSCH, Margarida Maria; GARDINALI NAVACINSK, Simone Denise, Políticas públicas para o combate à fome. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 2021. p.(12)-(30).

GUIMARÃES, Camila; MORAIS, Alice. **Manejo correto ajuda a reduzir impactos da monocultura do açaí**. 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.liberalamazon.com/news/news/manejo-correto-ajuda-a-reduzir-impactos-da-monocultura-do-acai>. Acesso em: 30 set. 2025

GUERRA, Clarissa de Souza. Soberania Alimentar no Brasil: Limites Econômicos (Geo) Políticos e Jurídicos nos Marcos do Capitalismo Periférico. Santa Maria: UFSM, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgd/soberania-alimentar-no-brasil-limites-economicos-geopoliticos-e-juridicos-nos-marcos-do-capitalismo-periferico>. Acesso em: 19 nov. 2025.

Harvard T.H. Chan School of Public Health. Superfoods or Superhype? Disponível em: <https://nutritionsource.hsph.harvard.edu/superfoods/>

ILVA, Maria Zênia Tavares da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil, v. 25, n. 1, p. 97-111, jun., 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/8626>. Acesso em: 10 dez. 2023.

LOBO, Ana Carolina Martini; VELASQUE, Leandra Fiori Lopes. Revisão de literatura sobre os efeitos terapêuticos do açaí e sua importância na alimentação. **Biosaúde: Revista do Departamento de Ciências Patológicas do Centro de Ciências Biológicas**, v. 18, n. 2, p. 97106, fev/jul., 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/biosaude/article/view/27624>. Acesso em: 15 dez. 2023.

LUCENA NETO, Antonio Pereira de; NOBRE, Francirley Sampaio; SILVA, Iracema Rocha da. Desafios à estratégia da sustentabilidade na produção de açaí por comunidades tradicionais na Pré-Amazônia Oriental. **Revista Políticas Públicas & Conjuntura**, São Luís, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/2348>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LOPES, Maria Lúcia Bahia *et al.* **Estudos em Agronegócio**: participação brasileira nas cadeias produtivas. **A cadeia produtiva do açaí em tempos recentes**. 5. ed. Goiânia: Kelps, 2021. 390 p. ISBN 978-65-5859-343-0.

MARTINS, M. **Na Amazônia, açaí enfrenta perdas com as mudanças climáticas**. Disponível em: <https://climatetrackerlatam.org/historias/na-amazonia-o-fruto-que-alimenta-ha-milhares-de-anos-encara-a-ameaca-das-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 30 set. 2025.

MARTINEZ-ALIER, J. **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: http://ecoeco.org.br/wp-content/uploads/2018/09/alier_economia_ecologica-1.pdf. Acesso em: 30 set. 2025. <http://ecoeco.org.br/economia-ecologica/>

MAGALHÃES, Vanara Carvalho. **Segurança alimentar e povos tradicionais**. CONVIVIUM, 13 out. 2021. Disponível em: <https://convivium.gastronomia.ufrj.br/seguranca-alimentar-e-povos-tradicionais/>

MARQUES, Henrique do Nascimento. **Bioeconomia na cadeia produtiva do açaí**. 2023. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, PA, 2023. Disponível em: <https://bdta.ufra.edu.br/jspui/submit?workflow=3483>. Acesso em: 1 Dez de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p. Disponível em: https://docentes.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/chinaeindia/view. Acesso em: 04 dez. 2023.

MOTA, D. M. da; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. (Org.). **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília, DF: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/biblioteca/soberania-alimentar-biodiversidade-cultura-e-relacoes-de-genero/>

MORAES, Bergson Cavalcanti; SODRÉ, Giordani Rafael; LIMA, Aline Meiguins; JUNIOR, João de Athaydes Silva; RIBEIRO, João Batista Miranda. Risco agroclimático: Impacto da variabilidade dos episódios de seca sobre a produção do açaí (euterpe oleracea mart.) na Amazônia oriental. *Revista Brasileira de Geografia Física*, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 1685–1696, 2023.

NYÉLÉNI, M. **DECLARATION OF THE INTERNATIONAL FORUM FOR AGROECOLOGY**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://nyeleni.org/DOWNLOADS/Agroecology%20forum%202015/Final%20declaration%20Agroecology%202015%20EN.pdf>>.

ND VIEW RESEARCH, INC. Superfoods Market Size, Share & Trends Analysis Report By Type (Fruits, Vegetables, Grains & Seeds, Herbs & Roots, Others), By Application (Snacks, Beverages, Bakery & Confectionery, Others) By Region, And Segment Forecasts, 2025 - 2030. [S. l.]: MarketResearch.com, 14 maio 2025. Disponível em: <https://www.marketresearch.com/Grand-View-Research-v4060/Superfoods-Size-Share-Trends-Type-41336926/>

PEREIRA, A. L; WESZ JUNIOR, V. J. Crescimento e desenvolvimento: revisão e discussão. *Revista da FAE*, v. 24, n. 1, p. 1-32, 2021. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/730>

PONTE, Márcio. **Pará exporta mais de 61 mil toneladas de açaí por ano, aponta estudo**. Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados, 2024. Disponível em: <https://abrafrutas.org/2024/09/para-exporta-mais-de-61-mil-toneladas-de-acai-por-ano-aponta-estudo>

QUARESMA, A. P.; EULER, A. M. C. **Açaí, mais que um fruto, símbolo da cultura alimentar e bioeconomia da Amazônia**. - Portal Embrapa. 2023. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1155560/acai-mais-que-um-fruto-simbolo-da-cultura-alimentar-e-bioeconomia-da-amazonia>>.

RIBEIRO, Jamison Pinheiro; DÖRR, Andrea Cristina; DALLA VALLE, Carine; VIANA, João Garibaldi Almeida. Canais de comercialização da cadeia produtiva do açaí: um estudo na região de Concórdia - Pará. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 15, p. 584–609, 2025. DOI: [10.24302/drd.v15.5677](https://doi.org/10.24302/drd.v15.5677). Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5677>. Acesso em: 30 set. 2025.

RODRIGUES, João Augusto Lobato. Negócios de impacto social e economia circular: convergências, possibilidades e desafios a partir da cadeia de produção do açaí (Euterpe oleracea). *Revista FT*, v. 28, n. 135, jun. 2024.

ROSÁRIO, Lúcia Tereza Ribeiro do. Agroextrativismo e impactos da valorização do açaí (Euterpe Oleracea Mart.) em famílias do estuário amazônico. 2022. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgdas/files/2023/04/AGROEXTRATIVISMO-E->

IMPACTOS-DA-VALORIZACAO-DO-ACAI-Euterpe-Oleracea-Mart.-EM-FAMILIAS-DO-ESTUARIO-AMAZONICO.pdf

SANTOS, Arantxa Carla da Silva; PORRO, Roberto. Empobrecimento florístico da Amazônia: impactos da demanda do açaí para a biodiversidade brasileira. **Nova Revista Amazônica**, v. 12, n. 3, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/17629>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SILVA, K. Açaí and Beyond. Disponível em: <<https://revista.drclas.harvard.edu/acai-e-muito-mais/>>. 2024

SILVA, Suany Machado da. Do consumo local ao mercado de alimentos saudáveis: como a crescente demanda por açaí (*Euterpe oleracea mart.*) afeta os meios de vida de comunidades ribeirinhas? 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2019.

SILVA, G. M. da; ROCHA, N. C.; SOUZA, B. K. M. de; AMARAL, M. P. do C.; CUNHA, N. S. R. da; MORAES, L. V. de S.; GEMAQUE, E. de M.; DUTRA, C. D. T.; MOURA, J. da S.; MENDES, P. M. O potencial das plantas alimentícias não convencionais (PANC): uma revisão de literatura / The potential of unconventional food plants (PANC): a literature review. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 14838–14853, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n2-416. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44563>.

SILVEIRA, J. T. DA et al. An integrative review of Açaí (*Euterpe oleracea* and *Euterpe precatoria*): Traditional uses, phytochemical composition, market trends, and emerging applications. *Food Research International*, v. 173, p. 113304, 2023.

SOEIRO, Laís de Castro; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. O Trabalho Análogo ao escravo na cadeia produtiva regional do açaí: uma análise acerca das relações e das condições de trabalho na cadeia de valor. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 6, n. 2, p. 38, dez., 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadtmat/article/view/7032>. Acesso em: 07 dez. 2023.

TORRINHA, R.; CHAVES, M. O açaí no contexto do território e da territorialidade ribeirinha na Amazônia brasileira. **Confins**, v. 54, 1 jan. 2022.

Via Campesina. What is Food Sovereignty? Disponível em: <https://viacampesina.org/en/what-is-food-sovereignty/>

WOLFE, David. **Superalimentos**: alimentação e a medicina do futuro. Barcarena: Marcador, 2017.